

Temas do Congresso não têm consenso

O Congresso Nacional retoma as suas atividades em março com uma agenda farta tanto do ponto de vista político como do econômico e social: reforma da Constituição ou convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; regulamentação do voto distrital, já inscrito na Constituição; reforma tributária, e restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo.

Qual desses assuntos vai dominar as atenções do Parlamento? Aqui começam as divergências. Enquanto os representantes do PDS tendem a considerar os temas econômicos mais prementes, os oposicionistas apresentam — e o Governador eleito de Minas, Tancredo Neves, até lamenta essa realidade — os assuntos institucionais como predominantes. Mas uma coisa é certa: a próxima legislatura marcará uma mudança substancial na qualidade (e na repercussão) do debate no Congresso, tudo fruto de uma eleição que tirou do Governo a maioria absoluta na Câmara, em função da abertura democrática do Presidente João Figueiredo.

O Governador eleito de Minas Gerais, Senador Tancredo Neves, lamenta que, no futuro Congresso, "os temas de natureza política novamente estejam destinados a despertar maior interesse do que os problemas econômicos".

— O desejável, no entanto — disse Tancredo Neves — é que os dois aspectos da crise brasileira sejam igualmente tratados e debatidos.

Segundo Tancredo, o ideal seria a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas, descrente da possibilidade dessa convocação, ele defende a transformação do Congresso em Constituinte, a fim de que a reforma constitucional seja feita o mais rapidamente possível "para dar ao país ordem institucional mais sólida e moderna".

— Enquanto isso não for feito — disse Tancredo Neves — o debate em torno das prerrogativas será uma permanente preocupação dos deputados.

O Presidente do PDS Mineiro, Bias Fortes, e o Vice-Presidente Nacional do Partido, Homero Santos, também são favoráveis à transformação do Congresso em Assembleia Constituinte.

O Senador Murilo Badaró (PDS-MG) acha que o Congresso terá como temas principais a reforma constitucional, o voto distrital e os problemas econômicos do País.

PRERROGATIVAS

Os dois candidatos à liderança do PMDB na Câmara, Deputados Freitas Nobre e Pimenta da Veiga, concordam pelo menos num ponto: o restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo e a reforma tributária serão os dois principais temas do Congresso este ano.

Freitas Nobre disse que os temas sociais e econômicos deverão tomar grande parte dos debates parlamentares, "especialmente tendo-se em vista a

tária, pois não há parlamentares contrários à iniciativa.

Depois dessa reforma, Marco Maciel destaca o restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo.

Para o Deputado eleito Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), no entanto, o fundamental é a elaboração de uma nova Constituição, fruto ou não de uma Assembleia Constituinte, "para legitimar o poder, restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República e democratizar a legislação eleitoral do País".

Vasconcelos acha que uma nova Constituição poderá ser também o remédio adequado para outros males, como a crise econômica e a crise social. Quanto ao restabelecimento pleno da Federação, ele acha que isso virá através de uma reforma tributária.

O Deputado Thales Ramalho (PDS-PE) concorda plenamente com o Senador Marco Maciel em que a reforma tributária será o primeiro assunto a reunir o consenso dos parlamentares governistas e oposicionistas.

— Toda a atenção deve ser dada à reforma tributária, um assunto que o Brasil todo espera e deseja, principalmente os Estados e municípios — disse Thales Ramalho.

MODELO

Mas para o Deputado eleito Miguel Arraes (PMDB-PE), "a questão fundamental do País é o modelo econômico e os rumos do desenvolvimento. A persistir a política econômica inaugurada em 1964, que atrela o País a fatores internacionais incontroláveis, a crise social não será solucionada". Arraes acha que a reforma tributária é apenas um detalhe de um problema bem mais amplo, que só será resolvido através da reorientação da política econômica nacional.

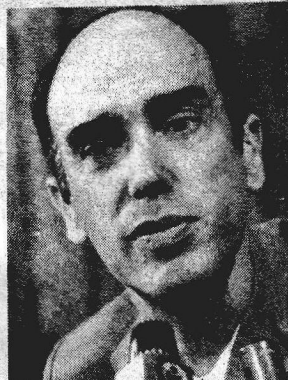
O Deputado Sérgio Murilo (PMDB-PE) não só acredita como também deseja que a economia dê a tônica das grandes discussões deste ano no Congresso, sem descartar a discussão dos problemas de natureza essencialmente política, como a elaboração de uma nova Constituição.

O Deputado Ricardo Fluzza (PDS-PE) acha que o mais importante na próxima legislatura será o prosseguimento da abertura democrática.

— O resto — disse — será consequência.

CONSTITUINTE

Para o Deputado Henrique Alves, Presidente do PMDB do Rio Grande do Norte, o problema mais importante a ser tra-



Marco Maciel

tado na próxima legislatura será a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

— A Constituinte — disse Henrique Alves — é um tema abrangente e envolve todos os demais problemas que angustiam a vida brasileira. O Governo tem consciência de que é preciso um novo pacto social, uma Constituição aberta, amplamente discutida pela Nação, o que dará condições à reconstrução da vida brasileira.

O Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, disse que "o Congresso é uma instituição política por excelência, no sentido de que é uma expressão da democracia". Exatamente por isso, entende que, na reabertura dos trabalhos legislativos, o Congresso deverá dar destaque aos temas institucionais, sociais e econômicos.

— O grande assunto do Congresso e, seguramente, do PMDB — disse — será o problema institucional. E o que é o problema institucional? É ter uma democracia que mereça tal nome. Como? Através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; da recuperação das prerrogativas da competência do Congresso — que não as tem — e da revogação da Lei de Segurança Nacional, instrumento que é uma das piores faces do arbítrio. Se o Congresso não proceder assim, estará traindo a sua própria razão de ser.

— O Brasil — continuou — está enclausurado com esse modelo econômico, que optou por saídas muito difíceis e em certos casos perigosas. São as saídas econômicas, financeiras, a confissão de que não temos condições de honrar os nossos compromissos. São as consequências sociais: o desemprego, a má distribuição da riqueza, a recessão, as dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas.

REFORMA CONSTITUCIONAL

O futuro líder do Governo no Senado, Aloysio Chaves, no en-

tanto, acha que a reforma constitucional será um dos grandes temas do Congresso este ano. Na sua opinião, a reforma não poderá ser parcelada, mas fruto de um projeto único, que reformule ou "enxugue" o texto atual, como resultado de uma negociação entre todos os partidos representados no Congresso Nacional.

Tanto quanto o futuro líder do Governo na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, o Senador Aloysio Chaves acha que o Congresso vai ocupar-se principalmente da situação econômica do Brasil, da regulamentação do voto distrital misto e da reforma tributária.

O Deputado Bonifácio de Andrada, vice-líder do Governo na Câmara, disse que o País vai assistir, este ano, a um contínuo desfile de Ministros da área econômica no Congresso Nacional. E que, segundo pensa o Deputado, as alterações políticas já experimentadas pelo País obrigam o Governo a manter o Parlamento permanentemente informado sobre todos os assuntos de interesse público, principalmente os de caráter econômico.

PRERROGATIVAS

Para o Presidente Nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, o grande tema do Congresso será o restabelecimento das prerrogativas parlamentares, "para que outros assuntos também possam ser debatidos".

— É o caso — disse — da aceitação, pelo Governo brasileiro, das condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional, que o Congresso não pôde sequer investigar, assim como a luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

Partindo da verificação de que o conjunto das oposições tem maioria na Câmara, Lula cita também a necessidade de revogação do Capítulo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, que regulamentava a atividade dos sindicatos brasileiros.

MINÚCIAS

O Senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que "o FMI e a situação econômica do País, as minúcias do que foi esse acordo para o pagamento da dívida externa, deverão centralizar as atenções dos congressistas".

Além desses temas, o Senador Pedro Simon destaca o voto distrital. Para ele, esse assunto "poderá ser o pano de fundo com o qual o Governo pretende desviar as atenções gerais do País".



Tancredo Neves

rendição representada pelos compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional. Para Pimenta da Veiga, a discussão de temas políticos deverá resultar na reivindicação da eleição direta do Presidente da República, "como corolário da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte".

SOCIAL E ECONÔMICO

O Senador eleito Carlos Alberto Chiarelli (PDS-RS) disse que os assuntos sociais e econômicos vão mobilizar o Congresso Nacional. Na sua opinião, tanto a Câmara quanto o Senado vão relegar a um segundo plano os debates sobre a adoção do voto distrital, a Constituinte e outros assuntos de ordem estritamente política.

O Senador eleito Marco Antônio Maciel (PDS-PE) disse que o primeiro tema a unir as bancadas do Governo e da Oposição no início da próxima legislatura será a reforma tributária, para proporcionar autonomia financeira aos Estados e aos municípios, particularmente aos da Região Nordeste, que são os mais pobres do País.

Embora se trate de matéria constitucional, que exige maioria de dois terços, Marco Maciel não vê nenhum obstáculo intransponível à reforma tribu-